

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) - REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (RFEPCT)
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EAD DO INSTITUTO FEDERAL
DE SANTA CATARINA (CERFEAD/IFSC)
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL (PROFEPT)**



**PRODUTO EDUCACIONAL: ENCONTROS DE FORMAÇÃO CONTINUADA COM
OS SERVIDORES DA COORDENADORIA PEDAGÓGICA DO IFSC, CÂMPUS
FLORIANÓPOLIS**

EVANDRO BELMIRO DA SILVA

Florianópolis/SC

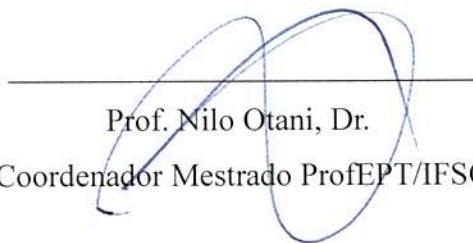
2019

EVANDRO BELMIRO DA SILVA

PRODUTO EDUCACIONAL: ENCONTROS DE FORMAÇÃO CONTINUADA COM OS SERVIDORES DA COORDENADORIA PEDAGÓGICA DO IFSC, CÂMPUS FLORIANÓPOLIS

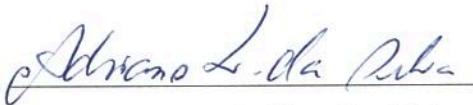
Este produto educacional foi julgado, validado e aprovado para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Centro de Referência em Formação e EaD do Instituto Federal de Santa Catarina (Cerfead/IFSC).

Florianópolis, 09 de Julho de 2019.

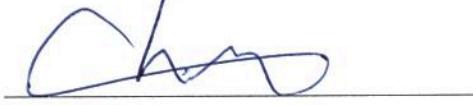


Prof. Nilo Otani, Dr.
Coordenador Mestrado ProfEPT/IFSC

BANCA EXAMINADORA



Prof. Adriano Larentes da Silva, Dr (Orientador/a)
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)



Profa. Mariléia Maria da Silva, Dra.
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)



Prof. Marival Coan, Dr.
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

SUMÁRIO

Introdução.....	04
O processo de formulação da proposta do produto educacional.....	05
As reuniões pedagógicas compreendidas como espaços de formação continuada.....	09
O processo de planejamento e organização do produto educacional.....	10
A construção do referencial teórico-metodológico como estratégia de abordagem do debate político-pedagógico sobre as questões curriculares.....	15
O desvelar de uma experiência de formação vivenciada no trabalho.....	18
A sistematização da experiência vivida.....	25
Uma avaliação sobre o processo formativo vivenciado pelo grupo.....	29
REFERÊNCIAS.....	34

Introdução

O Regulamento do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), para fins de diplomação, prevê que os seus estudantes apresentem um Trabalho de Conclusão de Curso que seja constituído de um produto educacional com aplicabilidade imediata, considerando a tipologia definida pela Área de Ensino (BRASIL, 2018). A referida Área integra a Grande Área Multidisciplinar e foi constituída pela Portaria nº 83/2011, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

De forma a atender essa obrigatoriedade regimental, o presente capítulo contempla o processo de desenvolvimento e avaliação da aplicação do produto educacional, estando vinculado a pesquisa intitulada “O Projeto Pedagógico Institucional do Instituto Federal de Santa Catarina e o trabalho da coordenadoria pedagógica do câmpus Florianópolis no processo de criação e reestruturação dos projetos de cursos: uma análise crítica entre o proclamado e o realizado”.

Sobre o produto educacional relacionado à referida pesquisa tratou-se de uma formação continuada no trabalho, com os servidores da Coordenadoria Pedagógica do Instituto Federal de Santa Catarina, câmpus Florianópolis, por meio da realização de reuniões pedagógicas e de formação, priorizando a participação daqueles que ocupam os cargos de pedagogo e técnico em assuntos educacionais, em virtude de suas responsabilidades internas do setor que estão atreladas ao processo de criação e reestruturação dos PPCs.

O referido setor envolvido com a aplicação do produto educacional, a Coordenadoria Pedagógica, lida com a organização do trabalho pedagógico na escola, em seu sentido mais amplo, para além das atividades realizadas no âmbito da sala de aula, devendo envolver a comunidade acadêmica, participando das atividades de planejamento, implementação e avaliação que englobam o projeto educativo institucional, e realizando o acompanhamento relativo às questões do processo educativo, junto aos professores e estudantes, assim como o assessoramento pedagógico às atividades de ensino, pesquisa e extensão, com vista a oportunizar as condições necessárias para a aprendizagem significativa dos estudantes. Sobre a composição do setor envolvido, de acordo com o Regimento Interno do câmpus Florianópolis, aprovado conforme a Resolução n.º

38/2013/Consup, no seu artigo 53, diz que a Coordenadoria Pedagógica, vinculada à Diretoria de Ensino é composta por pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, psicólogos, assistentes sociais e técnicos administrativos, atuando interdisciplinarmente nos processos de ensino-aprendizagem. No câmpus Florianópolis, atualmente, a Coordenadoria Pedagógica tem a seguinte composição: 06 (seis) pedagogas(o), sendo 01 (uma) afastada com licença sem vencimento; 03 (três) assistentes sociais, sendo 01 (uma) cedida para colaboração técnica; 02 (duas) técnicas em assuntos educacionais; 01 (um) psicólogo.

No presente texto, fiz uma apresentação sobre o processo de formulação da proposta do produto educacional, mostrando a (re)organização das reuniões pedagógicas, compreendidas como espaços e tempos de formação continuada dos servidores do setor. Na sequência, tratei do processo de planejamento e organização das reuniões pedagógicas, com o detalhamento sobre as intencionalidades, estratégias metodológicas e referências documentais utilizadas para o produto educacional. Na avaliação da aplicação do referido produto, com base nos registros realizados, utilizei o método de análise de conteúdos¹ para sistematização do debate político-pedagógico promovido nessas reuniões. Por fim, tecí as considerações finais para verificar os desdobramentos dessa experiência formativa na (re)organização do trabalho pedagógico da Coordenadoria Pedagógica do câmpus Florianópolis.

O processo de formulação da proposta do produto educacional

A construção da proposta do produto educacional foi um processo coletivo que envolveu desde o seu início as servidoras e os servidores da Coordenadoria Pedagógica. Em reuniões do setor, ocorridas no primeiro semestre de 2018, realizei a socialização das intenções da pesquisa e do seu produto educacional vinculado, assim como foram compartilhadas as inquietações profissionais do pesquisador. A experiência profissional do pesquisador, os fatos recentes que estão reconfigurando as políticas públicas educacionais no País, assim como as leituras exigidas para o ingresso no programa do mestrado e para realização das disciplinas obrigatórias, suscitaram indagações fundamentais que contribuíram para formulação da proposta do produto educacional. Ao término dessa etapa de construção da proposta, o grupo

¹ BARDIN, Laurece. Análise de conteúdo. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2010.

ratificou a realização de encontros de formação pedagógica, realizados no segundo semestre de 2018, para tratar sobre questões curriculares que tivessem relevância educacional na (re)organização do trabalho pedagógico do setor.

É importante ressaltar que o desenvolvimento do produto educacional ocorreu no local onde atuo cotidianamente no IFSC. Sou servidor técnico administrativo em educação, efetivo desde 2011, exercendo o cargo de pedagogo, nos câmpus de Jaraguá do Sul-Rau e de Florianópolis. Já ocupei a função de coordenador pedagógico do setor, no câmpus Jaraguá do Sul-Rau, por um período de 03 (três) anos, entre 2014 e 2017 e, desde então, atuo no câmpus Florianópolis. Desde o meu ingresso na instituição, tenho participado de trabalhos institucionais para a elaboração e avaliação do PPI do IFSC, de grupos de trabalho para criação e reestruturação de PPCs, assim como exercido a atribuição do meu cargo na análise e elaboração de pareceres sobre projetos de cursos. Considerando todas essas vivências institucionais, a partir das observações empíricas, levantei a hipótese de que existam algumas lacunas na formação dos profissionais das Coordenadorias Pedagógicas, em particular daqueles que estão lotados no câmpus Florianópolis, para tratar sobre as questões curriculares na sua dimensão político-pedagógica.

Os profissionais da educação que atuam na Coordenadoria Pedagógica realizam um trabalho pedagógico fundamental para construção da identidade educativa da instituição. Sobre as suas necessidades formativas, conforme constatei no processo de construção da proposta do produto educacional, destaquei a aquisição de conhecimentos para uma compreensão ampla e contextualizada do documento do PPI, que trata da dimensão político-pedagógica do currículo, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional. Os conhecimentos sobre o PPI que necessitam ser compreendidos, aqui tratados para fins da proposta do produto educacional, referem-se aos pressupostos e bases conceituais da concepção de educação do IFSC, proclamada como histórico-crítica. Com a compreensão desses conhecimentos espero que os servidores envolvidos no processo de análise e elaboração de pareceres sobre PPCs possam repensar o seu trabalho pedagógico, na busca de soluções para consolidação da concepção educativa institucional.

Sobre a atual conjuntura social e política do País, as recentes ações

adotadas pelo governo brasileiro para educação, principalmente a partir de 2016, com a instauração do “golpe parlamentar, midiático e jurídico” (CIAVATTA, 2017, p. 7), tem reconfigurado as políticas públicas educacionais. Sobre isso, observo a adoção de medidas governamentais que preservam os interesses de determinados grupos, políticos e econômicos, desarticulando políticas de atendimento aos direitos sociais da população mais pobre. Também percebo o avanço de forças políticas que proclamam um discurso conservador religioso. Nesse sentido, o termo cunhado por Heloani (2018), o neoconservadorismo², sintetiza “velhas ideias” travestidas de um “novo ideário” na formulação das políticas públicas educacionais. Como exemplo disso, cito a atual Reforma do Ensino Médio, por meio da Lei n.º 13.415/2017, que no bojo das suas intenções preserva os interesses econômicos do capital financeiro com a oferta de uma educação fragmentada e precarizada para a maioria dos jovens brasileiros (BRASIL, 2017). Um outro exemplo desses tempos de regressão social e política, está na projeção nacional que os correligionários do autointitulado Movimento Escola Sem Partido, manifestando um discurso ideológico pela defesa da preservação dos valores religiosos em sobreposição aos valores democráticos do Estado de direito. Essas são fortes evidências de uma mudança na conjuntura política e social do País, com impactos na reconfiguração das políticas públicas educacionais.

Frente ao que está posto, alguns coletivos da comunidade acadêmica da RFEPCT³, sobretudo aqueles que atuam na perspectiva de uma formação humana integral, têm realizado manifestações públicas posicionando-se contrários a essa reconfiguração do Estado brasileiro em curso, e na defesa da reafirmação dos pressupostos e bases conceituais do Currículo Integrado como prioridade da rede. Nesse sentido, destaco a Carta de Natal que foi elaborada por um coletivo integrado por pesquisadores, pesquisadoras, educadores, educadoras e estudantes de ensino médio, de graduação e de pós-graduação provenientes de todas as regiões brasileiras e do exterior, e aprovada no IV Colóquio Nacional e I

2 Vocabulário utilizado pelo autor por julgar ser mais apropriado que o termo neoliberalismo para nomear certas políticas atuais na área da educação. Para o autor, o liberalismo na sua origem era mais coletivista que o neoliberalismo. HELOANI, Roberto. Gerencialismo e educação: New Public Management – qualificação ou neurotização? In: Modelos de gestão e educação: gerencialismo e subjetividade. São Paulo: Cortez, 2018.

3 A RFEPCT e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foi criada por meio da Lei n.º 11.892/2008.

Colóquio Internacional A Produção do Conhecimento em Educação Profissional, realizado no câmpus Natal Central do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, em 2017 (BRASIL, 2017). Por meio dessa carta, o referido coletivo manifestou publicamente uma crítica radical em relação ao golpe em curso contra a sociedade brasileira, que foi planejado, perpetrado e executado pelo governo federal, naquele momento, junto a seus patrocinadores e apoiadores por meio de um conjunto articulado de medidas em implementação ou em gestação.

Também no ano de 2017, tivemos a publicação de importantes pesquisas realizadas por profissionais da Rede Federal, que resultou no livro intitulado Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios (ARAÚJO; DA SILVA, 2017), em evento realizado durante o Seminário Nacional do Ensino Médio Integrado, com a presença de especialistas de todo o País, publicizando experiências exitosas na perspectiva do Currículo Integrado, em particular de propostas formativas para o EMI. Acompanhei atentamente ambas as iniciativas coletivas, ocorridas no âmbito da Rede Federal, participando diretamente do evento de Natal/RN.

Em relação as leituras obrigatórias do programa de mestrado, desde o processo de ingresso, deu-se muita ênfase para o debate político-pedagógico sobre as questões curriculares, desvelando-se a disputa de projetos societários distintos, no campo da educação profissional.

Dessa forma, iniciei as minhas intenções de tema da pesquisa e proposta de um produto educacional interessado em problematizar as questões curriculares na instituição educativa em que trabalho. Quanto ao debate político-pedagógico a ser abordado pelo produto educacional, por meio das reuniões pedagógicas e de formação, considerando a atual conjuntura política do País e a referência estratégica que as Coordenadorias Pedagógicas ocupam na consolidação da identidade institucional, trago algumas considerações preliminares a respeito daquilo que foi problematizado junto ao setor envolvido, na aplicação do presente produto educacional.

No entendimento de Shiroma (2011), a discussão e análise dos documentos da política educacional em geral, incluindo aqueles no âmbito da EPT, deve ser compreendida nas mediações entre o global e o local, em busca do entendimento sobre os impactos que as recomendações dos projetos internacionais tem na

(re)organização do trabalho pedagógico desenvolvido no interior das escolas. Esses documentos também devem ser compreendidos nas suas contradições internas, como formas de expressão de grupos na defesa de seus projetos societários (CAMPOS; GARCIA; SHIROMA, 2005). Sobre isso, no contexto particular da RFEPECT, deve-se considerar que as Diretrizes Curriculares Nacional para Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 2012), o PPI (IFSC, 2014) e os PPCs materializam essas contradições e visões de mundo, na sua forma de discurso textual. Portanto, enquanto sujeitos que participam dos processos de elaboração e (re)avaliação desses documentos, devemos ter a capacidade coletiva de diferenciar o projeto de educação profissional patrocinado pelos organismos internacionais e agentes econômicos, do projeto que se busca construir, em diferentes espaços de nossa sociedade, numa perspectiva de emancipação da classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2001, apud ARAÚJO & RODRIGUES, 2010).

As reuniões pedagógicas compreendidas como espaços de formação continuada

Nesse contexto de disputa de projetos societários, o presente produto educacional apresenta-se de forma clara e intencional como um ato de resistência ao que está posto, na defesa de um projeto educativo de formação integrada, que de acordo com Ciavatta (2005, p. 02) visa “tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar”. A proposta de formação continuada, por meio da realização de reuniões pedagógicas de formação para tratar sobre questões curriculares, visou problematizar com os servidores da Coordenadoria Pedagógica, considerando os seus limites e responsabilidades profissionais, a materialização dos pressupostos e bases conceituais da pedagogia histórico-crítica nos PPCs do câmpus Florianópolis, com foco na atividade de análise e elaboração de pareceres realizada pelo setor.

A reunião pedagógica, compreendida como uma atividade de formação continuada, deve ser pensada como espaço e tempo para estudos e análises das questões cotidianas do trabalho pedagógico, na busca de novas soluções e estratégias que contribuam para qualidade do processo educativo. Porém, conforme retorno feito pelos servidores do setor, durante o processo de formulação da

proposta do produto educacional, sobre as questões curriculares relacionadas a concepção educativa institucional que orienta a (re)organização do trabalho pedagógico, as reuniões pedagógicas não têm sido ocupadas com esse tipo de debate político-pedagógico. Nessas atividades, que são realizadas ordinariamente a cada quinze dias, com duração média de duas horas cada, são dados os comunicados institucionais, tratados os assuntos sobre a gestão de pessoal, organizados os eventos e processos que estão sob a responsabilidade do setor, etc. Quanto ao aprofundamento teórico acerca de temas educativos, esses tem sido tratado como pesquisas individuais dos servidores do setor, em nível stricto sensu, mestrado e/ou doutorado. Essas iniciativas de formação continuada são importantes para o aperfeiçoamento profissional do servidor, assim como para o seu crescimento no plano de carreira. Porém, esse ganho profissional individual deve ter repercussão, de forma intencional e sistematizada, para o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico do setor.

A proposta de produto educacional não quis desconsiderar o trabalho pedagógico, realizado nas reuniões pedagógicas do setor. Afinal, esse tem sido um importante espaço coletivo para abordar as demandas cotidianas e emergenciais, que também precisam ser devidamente avaliadas e encaminhadas. O intuito desse produto educacional foi apresentar um novo sentido para esse importante espaço e tempo escolar, atribuindo-lhe seu caráter formativo, a partir da realização de reuniões pedagógicas de formação que abordassem questões curriculares relacionadas ao debate político-pedagógico do documento PPI.

As reuniões pedagógicas devem estar permeadas por uma relação dialógica entre os seus participantes, na superação das questões concretas que emergem da prática social cotidiana. O debate político-pedagógico sobre a concepção educativa institucional evidencia aquilo que (re)orienta as ações educativas individuais na construção de um trabalho pedagógico coerente com a identidade institucional. Nesse sentido, é fundamental ter a tomada de consciência e a capacidade de refletir, observar e avaliar sempre, para, então, reconstruir nossas práticas. É nesta relação que acontece a formação e se possibilita construir um estado de conhecimento, na perspectiva de um processo que seja significativo para todos os envolvidos.

O processo de planejamento e organização do produto educacional

Em reunião do setor, realizada no primeiro semestre letivo de 2018, socializei as minhas motivações acadêmicas e profissionais para justificar a proposta do produto educacional. Sobre a ideia preliminar, conforme já apresentado, foram planejadas reuniões com o intuito de problematizar um processo de trabalho do setor⁴, referente a análise e elaboração de pareceres sobre PPCs.

A proposta do produto educacional foi acatada pelo grupo e realizada no segundo semestre letivo de 2018. As atividades realizadas foram registradas por mim, na condição de pesquisador, com o propósito de realizar uma posterior análise dos conteúdos para fins de pesquisa, sendo elaborados 08 (oito) relatos sobre os principais fatos e acontecimentos e 11 (onze) e-mails utilizados para organização das reuniões pedagógicas. Nesse processo, também assumi a responsabilidade de coordenar as reuniões pedagógicas, com envolvimento direto na realização das atividades.

Para o planejamento, implementação e avaliação do produto educacional, foram definidas diferentes etapas com os seus respectivos cronogramas. Na etapa do planejamento, no período de abril a setembro de 2018, apresentei aos servidores do setor as ideias preliminares sobre a pesquisa e o produto educacional vinculado. Além disso, definimos a proposta do produto educacional a ser aplicado, tendo como referências as opiniões do setor e as motivações do pesquisador, elaboramos o cronograma das reuniões pedagógicas e realizamos o levantamento das expectativas do grupo com as atividades a serem propostas (dinâmica de trabalho, resultados, etc.).

Em reunião do setor, realizada no dia 04 de abril de 2018, apresentei ao grupo a proposta de construção coletiva de um documento teórico-metodológico, com subsídios para o trabalho de análise e elaboração de pareceres dos PPCs dos Integrados. O documento serviria aos professores, coordenadores de curso e servidores lotados na Coordenadoria Pedagógica do câmpus Florianópolis, que atuam diretamente com os cursos técnicos integrados. Como encaminhamento, os presentes entenderam que o referido documento seria válido para utilização do

4 Conforme previsto na Resolução nº003/2015, do câmpus Florianópolis, que trata do Fluxo de Aprovação de Projetos de Cursos e Autorização de Oferta de Vagas, a Coordenadoria Pedagógica tem a responsabilidade pela elaboração de pareceres sobre PPCs que serão submetidos a processo de criação e/ou reestruturação.

setor, com o intuito de qualificar o trabalho de assessoramento pedagógico sobre as questões curriculares. Além disso, o grupo comprometeu-se a contribuir, mesmo que indiretamente, na construção do referido documento.

Em reunião do setor, realizada no dia 18 de junho de 2018, apresentei as possíveis seções para o documento teórico-metodológico, assim como as suas intencionalidades. Na ocasião, algumas questões problematizadoras sobre o processo de elaboração dos pareceres pedagógicos de PPCs foram levantadas para discussão do grupo.

A partir dos retornos dados pelo grupo, elaborei uma versão preliminar do cronograma das reuniões pedagógicas, já esboçando as intencionalidades das atividades. Por meio de e-mail enviado para o setor no dia 05 de setembro de 2018, socializei com o grupo o levantamento realizado sobre as expectativas referentes a organização das reuniões pedagógicas. Em reunião do setor, realizado no dia 13 de setembro de 2018, ainda solicitei ao grupo a manifestação de sugestões sobre a proposta metodológica, finalizando essa etapa de formulação da proposta do produto educacional.

Pelas intenções iniciais, as atividades seriam realizadas em datas que não coincidissem com as reuniões ordinárias do setor, preferencialmente às quartas-feiras, à tarde, ou quinta-feira, pela manhã, com duração de 2 (duas) horas para cada encontro. Quanto a participação dos servidores do setor nas reuniões pedagógicas, priorizei aqueles que tem a responsabilidade da análise de PPCs, os pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, porém, sempre incentivando o envolvimento dos demais. A partir das considerações realizadas pelo grupo, apresentei a proposta de produto educacional para realização das reuniões pedagógicas.

Quadro 1: Previsão de cronograma das reuniões pedagógicas

OBJETIVOS	ORGANIZAÇÃO	REFERÊNCIAS
Sensibilizar o grupo sobre a relevância educacional do debate político-pedagógico que	ATIVIDADE 01 Estratégia: socialização dos	Título da dissertação: A desvinculação dos ensinos médio e técnico na escola técnica federal

	<p>trata das questões curriculares, a partir dos resultados de produções acadêmicas referentes a realidade do câmpus Florianópolis.</p> <p>Datas previstas: 26/09/2018 e 03/10/2018.</p>	<p>trabalhos acadêmicos (dissertações e tese), realizados pelos servidores da Coordenadoria Pedagógica do câmpus Florianópolis, que compartilham do referencial teórico materialista histórico e estabelecem relações com a pesquisa realizada.</p> <p>Título da dissertação: As propostas de formação dos trabalhadores no ensino técnico subsequente: projetos pedagógicos dos cursos do IFSC, câmpus Florianópolis, 2016. Autora: Guedes (2016).</p>
<p>Conhecer os pressupostos e bases conceituais da concepção educativa do IFSC.</p> <p>Refletir sobre alguns dispositivos legais para criação e reestruturação dos PPCs.</p>	<p>Estratégia: leitura compartilhada e debate a partir do referencial teórico-metodológico, que foi elaborado pelo pesquisador, em conformidade com a concepção histórico-crítica proclamada no documento PPI do IFSC.</p> <p>Datas previstas: 24/10/2018 e 31/10/2018.</p>	<p>ATIVIDADE 2</p> <p>Referencial teórico-metodológico elaborado pelo grupo.</p>
<p>Problematizar o formulário específico para criação e reestruturação de PPCs, a partir do debate realizado.</p>	<p>Estratégia: elaboração de questionamentos, a partir das contribuições do grupo, sobre o Formulário de Aprovação do Curso e Autorização da Oferta do IFSC (Cursos Técnicos), utilizando o referencial teórico-metodológico, com a posterior realização de</p>	<p>ATIVIDADE 3</p> <p>Referencial teórico-metodológico elaborado pelo grupo.</p> <p>Formulários de Aprovação do Curso e Autorização da Oferta do IFSC, disponibilizados pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFSC.</p>

	<p>debate e construção de consensos para uso do setor nos pareceres sobre PPCs.</p> <p>Datas previstas: 21/11/2018 e 28/11/2018.</p>	
--	---	--

Fonte: próprio autor

Na atividade 1 do produto educacional, com previsão de 02 (duas) reuniões pedagógicas, com duração de 2 (duas) horas cada, planejei a socialização dos trabalhos acadêmicos (dissertações e tese), que compartilham do mesmo referencial teórico da pesquisa, o método dialético, e que estabelecem relações com a temática da pesquisa. Para cumprir essa finalidade, propus o trabalho de mestrado de Coelho (2012), com a dissertação intitulada “A desvinculação dos ensinos médio e técnico na escola técnica federal de Santa Catarina – unidade Florianópolis – a partir do decreto n.º 2208/97 (1997-2004). Assim como o trabalho de mestrado de Guedes (2016), com a dissertação intitulada “As propostas de formação dos trabalhadores no ensino técnico subsequente: projetos pedagógicos dos cursos do IFSC”. Essas servidoras estão lotadas na Coordenadoria Pedagógica, do câmpus Florianópolis, e estão diretamente envolvidas com o processo de trabalho para elaboração de pareceres sobre PPCs.

Sobre a atividade 2 do produto educacional, com previsão de 02 (duas) reuniões pedagógicas, com duração de 2 (duas) horas cada, pensei na socialização de um texto teórico-metodológico, elaborado pelo pesquisador, mas aberto às contribuições de todos os servidores do setor, a ser escrito em conformidade com os pressupostos e bases conceituais da concepção educativa do PPI do IFSC. As reuniões seriam utilizadas para leitura compartilhada e trabalho de reescrita do texto. Além dos momentos presenciais para construção coletiva do texto, seria utilizado a estratégia complementar de compartilhar o documento, em pasta virtual, com acesso restrito aos servidores do setor. O texto produzido coletivamente poderá ser utilizado como subsídio teórico-metodológico para análise e elaboração de pareceres sobre PPCs, de forma coerente com a concepção histórico-crítica proclamada no PPI do IFSC.

Sobre a atividade 3 do produto educacional, com previsão de 02 (duas) reuniões pedagógicas, com duração de 2 (duas) horas cada, seria utilizada para problematização de um dos documentos de referência para criação e reestruturação de PPCs, os Formulários de Aprovação do Curso e Autorização da Oferta do IFSC. Nessas reuniões pedagógicas seriam elaborados questionamentos sobre os itens dos formulários, a partir das reflexões sobre os fundamentos e pressupostos da concepção histórico-crítica.

Feito essa breve apresentação quanto ao planejamento de cada uma das atividades do produto educacional, na sequência do texto trato de uma das principais estratégias metodológicas utilizadas para organização das reuniões pedagógicas, a proposta de construção do referencial teórico-metodológico para subsidiar o trabalho de análise e elaboração de pareceres sobre PPCs.

A construção do referencial teórico-metodológico como estratégia de abordagem do debate político-pedagógico sobre as questões curriculares

A proposta do referencial teórico-metodológico, surgiu a partir da compreensão de que as reuniões pedagógicas, na perspectiva formativa, precisam articular-se com o desenvolvimento profissional dos sujeitos envolvidos, tendo a escola como um lugar de referência. Nesse sentido, esse espaço e tempo de formação continuada pode ser organizado para resolução de problemas e de projetos de ação (AGUIAR, 2008). Para isso, utilizou-se como abordagem metodológica para organização das reuniões pedagógicas, o método da pesquisa-ação, conforme compreensão dada por Thiollent (2011):

O método de pesquisa-ação consiste essencialmente em elucidar problemas sociais e técnicos, cientificamente relevantes, por intermédio de grupos em que encontram-se reunidos pesquisadores, membros da situação-problema e outros atores e parceiros interessados na resolução dos problemas levantados ou, pelo menos, no avanço a ser dado para que sejam formuladas adequadas respostas sociais, educacionais, técnicas e/ou políticas. (THIOLLENT, 2011, p. 07).

Na perspectiva do método da pesquisa-ação, o planejamento das intencionalidades, as estratégias metodológicas e referências documentais,

utilizados nas reuniões pedagógicas, foram organizados para qualificar uma atividade do trabalho pedagógico desenvolvido pelo setor, nesse caso, a análise e elaboração dos pareceres sobre PPCs. Uma das estratégias metodológicas utilizadas foi a proposta da construção coletiva de um referencial teórico-metodológico, durante o processo de realização das reuniões pedagógicas.

O referido documento subsidiou o debate político-pedagógico proposto para as atividades de formação, problematizando o processo de criação e reestruturação dos PPCs Técnicos e Superiores, no câmpus Florianópolis, com foco na atividade de elaboração do parecer pedagógico realizada pelo setor. Os temas abordados no referido documento visam elucidar as correlações existentes entre o processo de análise do PPC e a concepção educativa histórico-crítica, conforme proclamada no PPI. As temáticas propostas pelo referencial teórico-metodológico foram escritas com a intencionalidade de suscitar novos comentários, indagações e discordâncias, extrapolando assim os limites do texto.

O debate político-pedagógico, a partir da sugestão de determinadas temáticas, possibilita que os sujeitos envolvidos criem novas práticas de reflexão, de forma consciente, a serem planejadas e realizadas com a intenção de superar questões do trabalho pedagógico. Nessa perspectiva, as reuniões pedagógicas são organizadas para se tornarem espaços de formação continuada, como é a proposta do produto educacional, com a compreensão da escola “como um ambiente educativo, onde trabalhar e formar não sejam atividades isoladas, mas articuladas e inovadoras” (AGUIAR, 2008, p.03).

A escrita sobre os temas que compuseram o referencial teórico-metodológico, conforme anexo V, utilizado para leitura compartilhada e debate na atividade 2, foi elaborada pelo pesquisador, considerando os resultados das produções acadêmicas socializadas na atividade 1, assim como, aproveitando o referencial teórico da pesquisa em desenvolvimento. A seguir, faço um resumo sobre as intencionalidades de cada um desses temas tratados no referencial teórico-metodológico, organizado em seções.

Na seção 1, intitulada “Dilema sobre as questões curriculares: a necessidade de simplificação do debate, sem ignorar a sua complexidade”, abordei as particularidades do trabalho pedagógico realizado por quem analisa as propostas formativas. Na seção 2, intitulada “O Projeto Pedagógico Institucional do IFSC: a

contradição entre a concepção educativa proclamada, da pedagogia histórico-crítica, e a concepção hegemônica, da pedagogia das competências”, fiz as considerações sobre as contradições presentes nos documentos de políticas públicas educacionais. Na seção 3, nominada “Entre o proclamado e o realizado: o distanciamento entre a concepção educativa do Projeto Pedagógico Institucional e a sua materialização nos PPCs”, constatei um forte atrelamento das finalidades educativas projetos de cursos do IFSC, em particular do câmpus Florianópolis, às demandas do mercado de trabalho, com caráter adaptativo e conformador, em detrimento a uma formação com foco na perspectiva dos trabalhadores, de caráter transformador e de proposição de mudança(s) na sociedade. Na seção 4, intitulada “A pedagogia histórico-crítica: aspectos históricos, filosóficos, metodológicos e psicológicos dessa corrente educacional”, refleti acerca dos pressupostos da concepção educativa do Projeto Pedagógico Institucional do IFSC. Na seção 5, identificada como “Um diálogo com os dispositivos legais de referência”, abordei a (in)coerência que alguns documentos orientadores para construção dos projetos de curso tem com os pressupostos da pedagogia histórico-crítica, assim como expliquei as bases conceituais desses documentos na perspectiva de uma formação humana integral. Por fim, na seção 6, intitulada “Problematizando o Formulário de Aprovação do Curso e Autorização da Oferta do IFSC”, sugeri a formulação de questionamentos sobre os itens que compõem os instrumentos específicos para criação e reestruturação dos projetos de curso, com referência nos pressupostos e bases conceituais da pedagogia histórico-crítica.

As reuniões pedagógicas foram pensadas como um conjunto de atividades, com o intuito de qualificar uma atividade de trabalho para avaliação de propostas formativas. Mas, para além disso, também foram planejadas e organizadas a promover um movimento dentro da escola, de resistência coletiva para lidar com as questões adversas da atual conjuntura política e social do País, possibilitando a integração entre conhecimentos teóricos e práticos, num ambiente de acolhimento, cordialidade, encorajamento e fortalecimento do sentido político-pedagógico do trabalho que realizamos (FERRARI, 2005).

A construção do referencial teórico-metodológico, com a colaboração dos servidores do setor, utilizado como uma estratégia para abordar o debate político-pedagógico sobre as questões curriculares, foi um elemento organizador das

discussões e motivador para os sujeitos, na expectativa do seu uso para qualificar uma atividade de trabalho.

O desvelar de uma experiência de formação vivenciada no trabalho

Feito o planejamento inicial das reuniões pedagógicas, com a definição prévia de um cronograma de atividades e apresentação de uma proposta metodológica, no seu processo de implementação, em razão da necessidade que tivemos em tratar sobre questões institucionais referentes a regulamentação da jornada de trabalho dos técnico-administrativos em educação, houve um (re)planejamento das datas e da própria dinâmica dos trabalhos.

A proximidade do final do semestre letivo e o acúmulo de demandas regulares do calendário acadêmico escolar que envolvem diretamente o setor, exigiu o redimensionamento do tempo destinado ao debate político-pedagógico sobre as questões curriculares para no máximo 01 (uma) hora a cada encontro. Também precisamos incluir esse debate como item de pauta das reuniões ordinárias do setor, junto a outros assuntos de natureza pedagógica e administrativa.

Todas essas mudanças acabaram impactando, de certa maneira, na participação dos sujeitos envolvidos, e consequentemente, limitaram os avanços pretendidos com a elaboração coletiva do referencial teórico-metodológico. Apesar de não conseguirmos concretizar a construção de um documento para subsidiar as análises e elaboração dos pareceres sobre PPCs, com referência na concepção educativa institucional, avançamos no debate político-pedagógico sobre as questões curriculares. Na etapa de implementação do produto educacional, no período de outubro a dezembro de 2018, conforme o (re)planejamento necessário, foram realizadas as reuniões pedagógicas de formação com os servidores do setor.

Por fim, na sua etapa de avaliação dos resultados, realizada no período de janeiro a março de 2019, com base nos registros sobre o processo de implementação do produto educacional, utilizei o método de análise de conteúdos para sistematizar as informações levantadas. Nessa última etapa, finalizei o presente relatório do produto educacional com a realização de uma reunião para avaliação do processo vivenciado.

Quadro 2: Cronograma das reuniões pedagógicas realizadas

DATAS	ATIVIDADES DO PRODUTO EDUCACIONAL
16 de outubro de 2018	<u>ATIVIDADE 01</u> Socialização do trabalho acadêmico elaborado por Guedes (2016).
07 de novembro de 2018	<u>ATIVIDADE 2</u> (Re) planejamento da atividade.
21 de novembro de 2018	<u>ATIVIDADE 2</u> Leitura compartilhada e debate sobre as seções 1, 2 e 3 do referencial teórico-metodológico.
05 de dezembro de 2018	<u>ATIVIDADES 2 e 3</u> Leitura compartilhada e debate sobre as seções 4, 5 e 6 do referencial teórico-metodológico.
27 de março de 2019	Avaliação do processo vivenciado.

Fonte: próprio autor

No dia 16 de outubro de 2018, realizamos a primeira atividade prevista, com a socialização de trabalhos acadêmicos que compartilham do referencial teórico materialista histórico-dialético e estabelecem relações com a pesquisa vinculada ao produto educacional. Na ocasião, Guedes (2016) que trabalha no setor preparou um material escrito sobre a sua dissertação de mestrado, com destaque para as motivações que justificaram o seu trabalho, os pressupostos de partida e construídos ao longo da pesquisa, os dispositivos legais para elaboração de PPCs e suas considerações gerais, assim como fez destaque dos PPCs investigados e das entrevistas. Na mesma reunião, havia a previsão da participação de uma outra colega de trabalho do setor que ocupa o cargo de técnica em assuntos educacionais, para socializar os resultados da sua pesquisa de mestrado. Porém,

com os atrasos do planejamento inicial, nessa data a servidora estava de férias, e portanto, não conseguiu estar presente. Portanto, as duas reuniões pedagógicas, com duração de 02 (duas) horas cada, previstas para essa primeira atividade, foram reorganizadas para uma única reunião, com tempo de 01 (uma) hora. Em virtude do tempo escasso, não conseguimos proporcionar um debate com os presentes para socialização de suas considerações e questionamentos sobre o trabalho apresentado. Ao término da atividade, de forma bastante sintética, retomei as contribuições do trabalho apresentado que dialogam com a processo de análise e elaboração de pareceres sobre PPCs, incluindo o trabalho de Coelho (2012), e que foram incorporados ao texto do referencial teórico-metodológico a ser analisado e discutido nas reuniões seguintes.

Na sequência, em reunião do setor realizada no dia 07 de novembro de 2018, (re)planejamos a segunda atividade com previsão da leitura e diálogo sobre o referencial teórico-metodológico. As reuniões de trabalho do setor, ocorridas nos dias 21 de novembro e 05 de dezembro de 2018, foram organizadas para destinar o tempo de 01 (uma) hora cada para tratar do assunto. Em ambas as reuniões, o grupo precisou tratar de dimensões distintas do trabalho pedagógico, abordando uma pauta de natureza político-pedagógica sobre as questões curriculares, junto a outros assuntos pedagógicos e administrativos do setor.

Na reunião do dia 21 de novembro de 2018, realizamos a leitura e o diálogo sobre as seções 1, 2 e 3 do referencial teórico-metodológico. No momento de contextualização, antes da leitura compartilhada, abordei aspectos sobre o contexto social e político referente as políticas públicas educacionais para EPT, no Brasil, desde a década de 1990, até os dias de hoje, evidenciando as principais mudanças da legislação educacional e desvelando os seus principais agentes políticos. Também reiterei o pressuposto da EPT como um campo de disputas por projetos societários distintos, entre concepções educativas antagônicas, analisando a materialidade dessa disputa no processo de (re)avaliação do PPI do IFSC. Durante a leitura compartilhada, nos momentos de interrupção que possibilitaram a interação entre os participantes, algumas considerações foram realizadas pelo grupo. Sobre elas, houve o reconhecimento de que a análise dos PPCs, considerando a concepção histórico-crítica, nunca foi objeto de preocupação daqueles que realizam os pareceres. O grupo também manifestou uma preocupação sobre como esse tipo

de análise, com foco na concepção educativa, pode impactar na rotina institucional, com a consciência de que não podemos nos omitir dessa responsabilidade. Na ocasião, aproveitei também para reiterar que o debate político-pedagógico, sugerido para essas reuniões pedagógicas, tem seu foco no trabalho de análise dos PPCs, em conformidade com a concepção histórico-crítica. Esclareci que o referencial teórico-metodológico busca a coerência com os pressupostos filosóficos, epistemológicos e psicológicos que fundamentam a pedagogia histórico-crítica. O grupo comprehende que outros critérios avaliativos, para além daqueles relacionados a concepção histórico-crítica, são importantes para uma análise qualitativa dos PPCs. Todos constatam que a gestão do ensino do IFSC não apresenta uma orientação clara para utilização do critério referente a concepção educativa na análise dos PPCs. Conversamos que a compreensão mais aprofundada sobre a concepção educativa do PPI nos faz repensar diferentes processos institucionais, para além da elaboração de pareceres sobre PPCs. Destacamos as inter-relações do debate que estamos realizando com outros movimentos políticos e institucionais em curso, como o processo de reavaliação do PPI, os possíveis impactos da atual Reforma do Ensino Médio, o Escola Sem Partido, etc. Por fim, tratamos sobre as contradições de concepção educativa que estão presentes nos dispositivos legais que servem de referência para análise dos PPCs, analisando as conexões dessas com as disputas por projetos societários distintos no campo da EPT.

Na reunião do dia 05 de dezembro de 2018, finalizando a segunda atividade prevista, dedicamos o tempo de 01 (uma) hora, em meio a outros assuntos pedagógicos e administrativos do setor, para realizar a leitura e diálogo sobre a seção 4, 5 e 6 do referencial teórico-metodológico. Na ocasião, considerando a leitura prévia que todos os participantes já haviam realizado sobre a seção 4, fiz comentários gerais sobre os pressupostos e bases conceituais da pedagogia histórico-crítica. Sobre a seção 5, dedicamos a maior parte do tempo apresentando as inter-relações entre as bases conceituais de alguns dos dispositivos legais de referência para criação dos PPCs – LDB, Diretrizes Nacionais para os Cursos Técnicos de Nível Médio e PPI do IFSC – e os pressupostos da pedagogia histórico-crítica. Por fim, com o tempo quase esgotado, questionei o grupo sobre as contribuições prévias que conseguiram realizar para seção 6, na formulação dos

questionamentos para os itens do Formulário de Aprovação do Curso e Autorização da Oferta do IFSC (Cursos Técnicos), que é um documento de referência da instituição para os grupos de trabalho que tratam de processos de criação e reestruturação de PPCs. O formulário analisado, disponibilizado no endereço eletrônico do CEPE do IFSC referente aos Cursos Técnicos, foi atualizado em 17 de julho de 2018, sendo escolhido em razão da prioridade institucional na oferta desse tipo de curso, e considerando que no período de realização das nossas reuniões o CEPE não disponibilizou formulários específicos para outros tipos de ofertas – Formação Inicial e Continuada e Graduação. O referido formulário é composto por uma primeira parte de identificação que trata dos dados da instituição, do câmpus proponente e do responsável pela elaboração do projeto de curso. Na segunda parte do formulário aborda-se dados do curso, estrutura curricular, metodologia e avaliação. Na terceira parte do formulário descreve-se sobre a justificativa da oferta, o itinerário formativo no contexto da oferta do câmpus, público-alvo, infraestrutura física e de pessoal.

Na ocasião fiz uma leitura das questões que elaborei previamente sobre o formulário analisado, com o propósito de suscitar as contribuições dos demais, mas o grupo não conseguiu avançar com novas formulações e/ou sugestões de alteração além daquelas apresentadas. Em relação as proposições sobre o Formulário de Aprovação do Curso e Autorização da Oferta do IFSC, com referência nos pressupostos e bases conceituais da pedagogia histórico-crítica, segue no quadro abaixo um resumo daquilo que foi consensualizado pelo grupo.

Quadro 3: Problematização do Formulário de Aprovação do Curso e Autorização da Oferta do IFSC

ITENS	ASSUNTO	QUESTÕES
25	Perfil Profissional do Egresso	Considerando as diferentes formas de articulação da oferta dos Cursos Técnicos de Nível Médio (integrado, concomitante, subsequente), e Cursos Superiores (Tecnologia e Bacharelado), assim como as particularidades de cada público, o perfil profissional deve ser comum?

26	Competências Gerais do Egresso	<p>Apesar do Catálogo Nacional prescrever as competências gerais do egresso, e sendo o catálogo um dispositivo de referência para elaboração do PPC, como justificar a incoerência do uso desses termos (competências) com a concepção histórico-crítica?</p>
28	Matriz Curricular	<p>Considerando o sentido da totalidade, de integração dos conhecimentos gerais e específicos, o que dizer sobre a indicação do formulário em especificar carga horária teórica e carga horária prática para cada componente curricular?</p>
29	Certificações Intermediárias	<p>Considerando a concepção educativa do IFSC, como se posicionar diante do atrelamento da oferta educativa às demandas do mercado de trabalho, de forma a antecipar a formação profissional por meio de certificações intermediárias?</p>
31	Componentes curriculares	<p>Considerando a concepção educativa histórico-crítica, proclamada no PPI do IFSC, como sistematizar os componentes curriculares, utilizando “objetivos/conteúdos” ou “competências, conhecimentos, habilidades e atitudes”?</p> <p>Se a escolha pela sistematização dos componentes curriculares for utilizando “objetivos/conteúdos”, quais serão nossos referenciais teóricos, de forma coerente com a concepção educativa do IFSC?</p>

		<p>Se a escolha pela sistematização dos componentes curriculares for utilizando “competências, conhecimentos, habilidades e atitudes”, quais serão nossos referenciais teóricos, de forma coerente com a concepção educativa do IFSC?</p> <p>Sobre a descrição da metodologia de abordagem dos componentes curriculares, como explicita-se o movimento do conhecimento como a passagem do “empírico ao concreto”?</p> <p>A partir do detalhamento de cada componente curricular, que referência o documento apresenta para que o leitor(a) consiga identificar as relações existentes entre as unidades curriculares, numa perspectiva de totalidade do conhecimento?</p> <p>De que forma as intencionalidades para o desenvolvimento de cada unidade curricular (objetivos/competências; conteúdos/ conhecimentos, habilidades e atitudes) se articula com as intencionalidades mais amplas do curso (objetivos do curso, perfil profissional do egresso, competências gerais do egresso, áreas/campo de atuação do egresso)?</p>
36	Justificativa da Oferta do Curso no Câmpus	<p>Como se posicionar sobre o atrelamento da oferta do curso às demandas do mercado de trabalho? A partir de quais referenciais teóricos que tratam sobre o conceito de mundo do trabalho devemos ampliar essa reflexão?</p>

Fonte: próprio autor

Conforme mostra o quadro 3, esses foram os questionamentos sobre o formulário apresentados ao grupo, não havendo sugestões de reescrita, supressão ou novas formulações. Avalia-se que as orientações de alguns dos itens do formulário não favorecem uma análise e elaboração de parecer coerente com a concepção histórico-crítica.

Ao término da reunião do dia 05 de dezembro de 2018, encaminhamos que o processo de formação vivenciado pelo grupo seria retomado no início do primeiro semestre letivo de 2019. Na última seção sobre o produto educacional, nominada “Uma avaliação sobre o processo formativo vivenciado pelo grupo”, mostra-se a avaliação do grupo a respeito da aplicabilidade do presente produto educacional, assim como trato dos encaminhamentos para continuidade do debate.

A sistematização da experiência vivida

Após a conclusão das reuniões pedagógicas, realizadas no segundo semestre de 2018, ainda que diante de um emaranhado de informações que ofuscava aquilo que pretendia desvelar, iniciei um trabalho de sistematização dos resultados da experiência vivenciada.

A exploração dos registros escritos que foram elaborados no processo de desenvolvimento do produto educacional, deu-se a partir de um corpus de documentos a ser submetido ao método de análise de conteúdos. Os documentos escolhidos foram os relatos das reuniões pedagógicas, assim como os e-mails de trabalho utilizados para organização das atividades.

Finalizada a primeira etapa da organização do material a ser analisado, com a escolha dos documentos e a definição das intencionalidades da análise, segui o trabalho exploratório para construção das categorias. No entendimento de Bardin (2010), a organização das categorias compreende a escolha das unidades de registro e contexto (recorte), assim como a escolha das categorias (classificação e a agregação). Segundo a autora, esse processo de categorização define-se como uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos.

Nesse processo de construção das categorias, a partir dos dados empíricos, consegui explicitar as categorias empíricas que, segundo Minayo (2004) são aquelas elaboradas com propósito operacional, com vista ao trabalho de campo ou a partir dele, com a ideia de apreender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade.

Para avaliação dos resultados do produto educacional aplicado foi utilizado o método da análise dos conteúdos, por meio da construção das categorias empíricas, referentes ao trabalho pedagógico nas suas dimensões político-pedagógica, histórico-ontológica e social. Para finalidade dessa seção, mencionei alguns fatos das reuniões pedagógicas, ocorridos no diálogo entre os pares, que explicitam as dimensões política e pedagógica do trabalho pedagógico. O destaque para essas duas dimensões justifica-se em virtude da intencionalidade preliminar do produto educacional para tratar do debate político-pedagógico sobre as questões curriculares. A análise das categorias empíricas relacionadas a aplicação do produto educacional foi realizada em capítulo específico da dissertação da pesquisa.

As dimensões política e pedagógica são apresentadas separadamente, porém, os seus significados expressos articulam-se entre si, devendo ser compreendidos conjuntamente para uma percepção mais ampliada sobre o trabalho pedagógico.

Conforme o entendimento de Villas Boas (1993), a avaliação dos resultados do produto educacional parte do pressuposto que o trabalho pedagógico é aquele desenvolvido pela escola como um todo:

Cabe, primeiramente, esclarecer o entendimento de trabalho pedagógico, que aponta em duas direções. Em uma primeira forma, é o trabalho desenvolvido pela escola, como um todo, cujo objetivo é a transmissão/assimilação do saber sistematizado, para o que concorrem todas as ações escolares. Dele fazem parte não só as atividades desenvolvidas em sala de aula, entre professor e alunos, mas, também, a organização global do poder na escola, a estrutura administrativa, as reuniões de pais, de professores e de conselhos de classe, os eventos sócio-culturais, como horas cívicas, palestras, comemorações, confraternizações, festa junina, etc. A justificativa é que todas as iniciativas escolares afetam direta e indiretamente a formação dos alunos, em termos do currículo aberto e do oculto (VILLAS BOAS, 1993, p. 43).

Para tratar sobre o conceito de trabalho pedagógico é também necessário

considerar a especificidade da educação escolar, em relação a organização capitalista do processo de trabalho. Nesse sentido, o trabalho pedagógico resulta numa “produção não-material, situando-se na modalidade em que o produto não é separável do ato de produção (SAVIANI, 1987, apud VILLAS BOAS, 1993, p. 50).

A partir dessas considerações preliminares sobre o conceito de trabalho pedagógico, faço agora uma sucinta apresentação sobre o debate político-pedagógico ocorrido nas reuniões pedagógicas, resultado de um processo formativo junto aos servidores do setor.

Sobre a dimensão política do trabalho pedagógico realizado nas reuniões pedagógicas, já no processo de formulação da proposta do produto educacional, apresentei aos servidores do setor a ideia de tratarmos sobre as questões curriculares, fomentando a articulação desse debate com o atual contexto social e político do Brasil, marcado por uma reconfiguração do Estado no que tange as políticas públicas educacionais.

Em e-mail enviado para o setor, no dia 05 de setembro de 2018, com o propósito de organizar a primeira reunião pedagógica, utilizei os seguintes dizeres para explicar o plano social mais amplo no qual insere-se a presente atividade de formação continuada:

[...] enquanto sujeitos que participam dos processos de elaboração e (re)avaliação desses documentos, devemos ter a capacidade coletiva de diferenciar o projeto de educação profissional patrocinado pelos organismos internacionais, do projeto que se busca construir, em diferentes espaços de nossa sociedade, numa perspectiva de emancipação da classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2001, apud ARAÚJO & RODRIGUES, 2010).

Logo, de forma clara e intencional, o produto educacional apresentou seu propósito ético-político, compreendido como instrumento de resistência frente às mudanças das políticas públicas educacionais, em curso, reafirmando a defesa dos pressupostos de uma formação integral dos trabalhadores, que não fique restrita às demandas específicas do mercado de trabalho.

Analizando o trabalho pedagógico desenvolvido nas reuniões pedagógicas, agora tratando sobre a sua dimensão pedagógica. Em reunião de trabalho para tratar sobre o produto educacional, realizada no dia 21 de novembro de 2018, o grupo relatou que comprehende o PPI do IFSC como o documento orientador do

trabalho pedagógico da instituição, concordando que deve alinhar-se às finalidades socioeducativas definidas pela comunidade acadêmica. Apesar disso, reconheceu que não considera o PPI do IFSC para análise e elaboração de parecer sobre PPCs, não sendo a concepção histórico-crítica uma referência teórico-metodológico para o trabalho de análise e elaboração de parecer sobre PPCs. Para justificar a situação, o grupo atribuiu a falta de clareza conceitual do PPI do IFSC, não oferecendo subsídios teórico-metodológico suficientes para sua compreensão.

Sobre isso, analisando a materialidade da pedagogia histórico-crítica no PPI do IFSC, observou-se a ausência quanto a descrição dos seus pressupostos teóricos, assim como dos seus referenciais metodológicos para construção de propostas formativas. Em contrapartida, constatou-se em trechos do documento, a expressão de termos relacionados a uma perspectiva pragmática da educação. Tendo como referência a pesquisa de Guedes (2016), socializada na reunião de trabalho realizada no dia 16 de outubro de 2018, assim como apontamentos preliminares feitos na fase de elaboração do projeto da presente pesquisa, o PPI do IFSC materializa concepções pedagógicas contraditórias. Essas contradições mostram o PPI do IFSC como campo de disputa durante o processo de construção, conforme explicitei no capítulo 2 da dissertação.

Para que o PPI do IFSC seja o documento organizador e integrador das ações dos sujeitos escolares, muitos desafios institucionais estão colocados. Um deles refere-se a atualização do documento, prevista para o ano de 2019, dando-lhe maior coerência conceitual com a pedagogia histórico-crítica. Conforme argumenta Vasconcellos (2007), ao tratar sobre o projeto educativo da escola, o PPI do IFSC deve ser compreendido como um documento inacabado, construído com a participação dos sujeitos escolares, consolidando-se como um ideário da ação educativa institucional, na perspectiva de transformar a realidade:

O Projeto Político-Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 2007, p. 169).

Nas reuniões pedagógicas, dando continuidade a esse processo de implementação do PPI do IFSC, evidenciamos a concepção de educação proclamada no documento, a partir da teoria que fundamenta a pedagogia histórico-crítica. Para tanto, assumimos como seu pressuposto filosófico o materialismo histórico, utilizando a dialética histórica como abordagem metodológica para elaboração do conhecimento. A teoria histórico-cultural explica o processo de ensino-aprendizagem.

Também utilizamos de estratégias para que os sujeitos, envolvidos, tomem consciência sobre a teoria que embasa a concepção de educação do PPI do IFSC. Para além de apresentar a teoria, também analisamos os dispositivos legais que são referências para construção das propostas formativas dos Cursos Técnicos de Nível Médio, com base na pesquisa de Guedes (2016), explicitando os aspectos legais que são coerentes com os pressupostos da pedagogia histórico-crítica.

Uma outra estratégia adotada foi problematizar o Formulário de Aprovação do Curso e Autorização da Oferta, utilizado para construção e reestruturação dos PPCs, elaborando questões que suscitam a partir da teoria que fundamenta a pedagogia histórico-crítica, dos conceitos teóricos presentes nos dispositivos legais, e dos itens do formulário específico que orientam a escrita do PPC.

A dimensão pedagógica do trabalho pedagógico, segundo Veiga (2001, p. 275), consiste em um coletivo modo de “[...] integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo”. Nesse sentido, a construção do produto educacional manifestou a mobilização de um grupo, a partir do interesse de uma pesquisa, com o propósito de (re)organizar o trabalho pedagógico de análise e elaboração de pareceres sobre PPCs, de forma coerente com a concepção de educação do IFSC. Segundo Pontes (2014, p. 727) , “a dimensão pedagógica é a que incorpora ao trabalho os aspectos teóricos e filosóficos, alinhando-os e articulando-os com foco na sua finalidade específica, ou seja, na produção do conhecimento”.

Uma avaliação sobre o processo formativo vivenciado pelo grupo

Em reunião do setor no dia 27 de março de 2019, relembramos o processo formativo vivenciado para sua posterior análise e realização de encaminhamentos.

Fotografia 1: Reunião de avaliação do produto educacional



Fonte: acervo particular do autor

Como estratégia metodológica para suscitar as considerações dos envolvidos, fiz uma apresentação sobre as etapas do planejamento e implementação do produto educacional, retomando os principais resultados da sua aplicação, conforme explicado na seção anterior nominada “A sistematização da experiência vivida”. Feito a contextualização inicial, apresentei as seguintes questões ao grupo para uma avaliação sobre o processo vivenciado:

- Qual a percepção sobre o (re)planejamento das reuniões pedagógicas?;
- O que significou para o grupo o debate político-pedagógico sobre a concepção educativa institucional e as suas correlações com a processo de criação e reestruturação de projetos de cursos, em particular o trabalho de análise e elaboração de pareceres realizado pelo setor?;
- O que fazer a seguir, a partir daquilo que iniciamos?

O grupo reconheceu que diante das demandas emergenciais que precisaram ser encaminhadas não conseguiu dedicar tempo suficiente para se envolver na construção do referencial teórico-metodológico para análise dos PPCs,

apesar da relevância que esse documento representa para o aperfeiçoamento do trabalho do setor. De forma geral, as atividades que exigem maior dedicação para os estudos não têm sido priorizadas em razão das demandas emergenciais que também impactam o trabalho do setor. Constatou-se que as demandas para o setor vêm aumentando, o que acarreta grande frustração de não conseguir realizar um trabalho com a qualidade esperada. O grupo não visualiza soluções fáceis para modificar essa situação, precisando haver uma discussão mais ampliada sobre a gestão do ensino na instituição. Enquanto isso não ocorre, e mesmo precisando lidar com as demandas emergenciais, sugeriu-se que devemos (re)planejar o trabalho do setor para continuar o trabalho sobre as questões curriculares, assim como para tratar de outros assuntos que exigem maior tempo para estudos, análise e elaboração de registros.

O debate promovido nas reuniões pedagógicas sensibilizou a todos quanto a necessidade em considerar a concepção educativa institucional para análise e elaboração de pareceres sobre PPCs, contribuindo na tomada de consciência sobre a relevância desse trabalho na consolidação da identidade educativa. O grupo tem a necessidade de continuar os estudos sobre as questões curriculares, mas já percebe-se mais apropriado para tratar sobre os pressupostos e bases conceituais da pedagogia histórico-crítica.

Considerando a ampliação do debate na instituição, a partir do processo de revisão do PPI vigente, o grupo sente-se cada vez mais emponderado para afirmar a concepção educativa institucional no seu trabalho de análise e elaboração de pareceres sobre PPCs. Todos reconhecem que o movimento institucional de revisão do PPI do IFSC, ainda em curso, para reafirmação da concepção histórico-crítica, contribui para que a comunidade acadêmica compreenda o posicionamento do setor na elaboração de pareceres sobre PPCs, de forma coerente com a concepção educativa.

Por fim, o grupo entende que a construção de um referencial teórico-metodológico que atenda aos propósitos do produto educacional deva ser um esforço do coletivo, resultado de um processo formativo com aqueles que estejam envolvidos nos trabalhos de criação e reestruturação de PPCs. Para isso, considera fundamental que os espaços de formação continuada em serviço, por meio das reuniões pedagógicas, destinados para o aprofundamento teórico sobre as questões

do nosso cotidiano, sejam valorizados e fomentados para possibilitar o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico desenvolvido pelo setor.

Já sobre a minha percepção em relação ao processo vivenciado, faço a seguir alguns destaques. No início desse trabalho, constatei que a concepção histórico-crítica não tem sido referência para os trabalhos de análise e pareceres sobre as propostas formativas, desenvolvidos por servidores do setor. A falta de conhecimento mais aprofundado acerca dos pressupostos e bases conceituais, a ausência de uma orientação institucional mais clara, assim como as dúvidas sobre como esse posicionamento ético-político seria interpretado pelos demais servidores envolvidos no processo, são algumas das razões para a não utilização da concepção educativa como critério de análise.

Considerando a trajetória acadêmica dos servidores, com referência no materialismo histórico dialético, observei que já conheciam os pressupostos filosófico, epistemológico, metodológico e psicológico da concepção histórico-crítica. Porém, o grupo indicou a necessidade de um maior aprofundamento acerca das bases conceituais materializadas nos dispositivos legais de referência para elaboração das propostas formativas. Com referência no debate realizado nas reuniões pedagógicas, o grupo não conseguiu ser propositivo na construção do referencial teórico-metodológico, tampouco elaborar questões problematizadoras sobre o formulário de elaboração de PPCs.

As reuniões pedagógicas ocorreram durante um período bastante conturbado quanto ao ambiente organizacional, em consequência de medidas unilaterais da gestão do IFSC sobre a política de pessoal, envolvendo a jornada de trabalho dos técnico-administrativos em educação. Além disso, o agendamento das reuniões pedagógicas, apesar do planejamento prévio das datas e horários, precisou ser flexibilizado diante das demandas institucionais, em razão das atividades previstas no calendário acadêmico, e de demandas emergenciais do cotidiano do trabalho pedagógico, sempre com prazos acirrados, que precisaram ser analisadas e encaminhadas pelo setor. Nesse contexto, houve dificuldades na destinação de um tempo mais adequado para realização das reuniões pedagógicas.

Por fim, uma forte evidência sobre a compreensão mais ampla dos envolvidos para realização do debate político-pedagógico sobre as questões curriculares, resultado das reuniões pedagógicas de formação, foram as proposições

elaboradas pelo setor no processo da consulta pública, realizado em fevereiro de 2019, sobre a Minuta do PPI do IFSC (2020-2024). Na ocasião, a comunidade acadêmica do IFSC foi interrogada sobre a coerência da Minuta do PPI com a concepção histórico-crítica. As proposições apresentadas pelo setor apresentaram um aprofundamento teórico-metodológico nas suas justificativas ao tratar de diferentes temas da Minuta do PPI, tais como: concepção de educação profissional e tecnológica; concepção de currículo; caracterização, definição, diretrizes gerais, importância e objetivos do ensino; pressupostos para elaboração dos projetos de cursos; formação de formadores; e permanência e êxito. Em audiência interna do câmpus Florianópolis, realizada no início do primeiro semestre letivo de 2019, para socialização das proposições referentes a Minuta do PPI, o grupo também demonstrou segurança no uso dos argumentos para defesa das proposições. Na avaliação sobre o processo vivenciado, o grupo reconhece que as proposições referentes a Minuta do PPI devem-se, em partes, ao debate político-pedagógico realizado nas reuniões pedagógicas.

O planejamento e a aplicação do produto educacional teve como objetivo principal problematizar o trabalho pedagógico realizado pelo setor, em particular a análise e elaboração de parecer sobre PPCs, para compreender o distanciamento entre o proclamado no PPI do IFSC e o realizado nos PPCs, em termos de concepção educativa institucional. A proposta de aproveitar as reuniões pedagógicas do setor para debater a dimensão político-pedagógica sobre as questões curriculares, significou uma novidade para o grupo, considerando que essas reuniões não costumam servir como espaço e tempo para formação continuada em serviço.

Na busca de soluções para o problema apresentado ao grupo, considerando a complexidade inerente do debate político-pedagógico sobre as questões curriculares, assim como os diversos fatores que impactam na organização do trabalho pedagógico, não foi possível finalizar o referencial teórico-metodológico. Nesse sentido, a intenção do grupo é que o trabalho continue para além dos prazos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria da Conceição Carrilho de. O caráter simbólico e prático da formação permanente para professores. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 31, 2008, Caxambu. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunoes/31ra/1trabalho/GT08-4048--Int.pdf>>. Acesso em: 25 de mai de 2011

ARAÚJO, Adilson Cesar; DA SILVA, Cláudio Nei Nascimento (orgs.). Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios / – Brasília: Ed. IFB, 2017. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: Acesso em: 23 mar de 2019.

ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. Referências sobre práticas formativas em Educação Profissional: o velho travestido de novo ante o efetivamente novo. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v.36, n.º 2, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.senac.br/bts/362/ar;go4.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. Políticas Educacionais: questões e dilemas. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. São Paulo: Cortez, 2011.

BARDIN, Laurece. Análise de conteúdo. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal do Espírito Santo. Regulamento do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Espírito Santo, 2018. Disponível em: <<https://profept.ifes.edu.br/regulamentooprofept/16413-regulamento13julho>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

BRASIL. Lei n.º 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 13 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº. 5.154/2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. Lei n.º 11.741/2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 13 mar. 2019.

BRASIL. Decreto n.º 9.235/ 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de

regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm>. Acesso em: 13 mar. 2019.

BRASIL. Lei n.º 12.513/2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/brasil_sem_miseria/lei-12.513-2011-pronatec.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio. PARECER CNE/CEB Nº: 11/2012 Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. Documento de Área de Ensino. 2016. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/documentos>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal do Espírito Santo. CARTA DE NATAL. IV Colóquio Nacional e I Colóquio Internacional A Produção do Conhecimento em Educação Profissional: a reforma do ensino médio e suas implicações para a educação profissional. Natal, 2017. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/carta_de_natal_iv_colocuio_para_submeter_plenaria.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. Portaria nº 83, de 6 de junho de 2011. Conselho Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Trata sobre a Área de Ensino. Disponível em: <[http://www.semeso.org.br/portal/pdfs/juridico2011/Portarias/junho/po_capes_83\(06.06.11\).pdf](http://www.semeso.org.br/portal/pdfs/juridico2011/Portarias/junho/po_capes_83(06.06.11).pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2019.

BRASIL. Lei n.º 11.892/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. Lei n.º 13.415/2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Keer. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.24, n.º1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

CAMPOS, Roselane F.; GARCIA, Rosalba Maria C.; SHIROMA, Eneira O. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. Revista PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n.º 02, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Relatório Final. Eixo Educação. In: Mapa da Educação Profissional e Tecnológica do Brasil. Brasília: 2015. Disponível em:<https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/produto7_versaofinal_09abril15_Marcia+Leite_10187.pdf/42406058-2f99-455f-8b63-2b562b59217e?version=1.2>. Acesso em: 13 mar. 2018.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Trabalho Necessário, v.3, n.º 3, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_CIAVATTA.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CIAVATTA, Maria. Resistindo aos dogmas do autoritarismo. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola “sem” partido : esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144 p.

COELHO, Juçara Eller. A desvinculação dos ensinos médio e técnico na escola técnica federal de Santa Catarina – unidade Florianópolis – a partir do decreto n.º 2208/97 (1997-2004), campus Florianópolis, 2012.

DE OLIVEIRA, Adriana Rivoire Menelli; ESCOTT, Clarice Monteiro. Políticas públicas e o ensino profissional no Brasil. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.23, n.º 88, p. 717-738, jul./set. 2015.

FERRARI, Alice Flores Ilha et al. O que é e como acontece a ação supervisora na escola contemporânea? In: Espaço Inovação Revista Pedagógica. ASSERS, Ano 2,

n.º 3, Nov/2005.

FUENTES, Rodrigo Cardozo; FERREIRA, Liliana Soares. Trabalho pedagógico: dimensões e possibilidade de práxis pedagógica. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 35, n.º 3, p. 722-737, jul./set. 2017.

GUEDES, Thais. As propostas de formação dos trabalhadores no ensino técnico subsequente: projetos pedagógicos dos cursos do IFSC, campus Florianópolis, 2016.

HELOANI, Roberto. Gerencialismo e educação: New Public Management – qualificação ou neurotização? In: Modelos de gestão e educação: gerencialismo e subjetividade. São Paulo: Cortez, 2018.

IFSC. Projeto Pedagógico Institucional 2014-2018. Florianópolis, SC, 2014. Disponível em: <http://pdi.ifsc.edu.br/files/2014/06/PPsite.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

IFSC. Minuta do Projeto Pedagógico Institucional 2020-2014. Florianópolis, SC, 2019. Disponível em: http://www.ifsc.edu.br/documents/23567/524605/minuta_PPI_atualizado_para_Consulta_Publica_com_paragrafos+vers%C3%A3o+final.pdf/1b86e234-2a3b-c413-33f5-c2537f2dd2fb. Acesso em: 13 mar. 2019.

IFSC. [Resolução Consup nº 30 de 21/08/2018](#) que aprova, ad referendum, o Plano Geral de Trabalho para Elaboração do Novo Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC. Florianópolis, SC, 2019. Disponível em: http://www.ifsc.edu.br/documents/23567/524648/consup_resolucao30_2018_plano_de_trabalho_pdi.pdf/0bb2c9d5-6780-793f-a556-fd34641be753. Acesso em: 13 mar. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

PELISSARI, Lucas Barbosa. Uma proposta metodológica para análise das políticas de educação profissional: a análise de conjuntura e as disputas pelo bloco no poder do Estado. *Revista LABOR* nº 13, v.1, 2015.

PONTES, Ana Paula Furtado Soares. O trabalho da equipe pedagógica em Institutos Federais: dificuldades, desafios e proposições. *Revista da Universidade Tecnológica Federal do Paraná*. Edição n.º 14. Curitiba, PR, 2014. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/issue/view/101/showToc>. Acesso em: 13mar. 2019.

RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos

de regressão. In: Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios / – Brasília: Ed. IFB, 2017.

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 10. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2006.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes Sociais e Hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de Azevedo; LARA, Angela Mara de Barros (orgs.). Políticas para a Educação : análises e apontamentos -- Maringá : Eduem, 2011. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. - 18 edição – São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização, 17ª edição. - São Paulo: Libertad Editora, 2007. - (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1) Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4353469/mod_resource/content/2/vasconcellos.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (orgs.). As dimensões do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2001. 5ª edição. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.

VILLAS BOAS, Benigna M. de Freitas. As práticas avaliativas e a organização do trabalho pedagógico. Campinas, 1993. Tese (doutorado). UNICAMP. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253753>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

VOGT, Graciela Zimmer. Formação continuada de professores e reunião pedagógica: construindo um estado de conhecimento. XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP – Campinas, 2012. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2229>>. Acesso em: 11 mar. 2019.